

PROBLEMATIZAÇÃO DO ENSINO DE LEITURA E GRAMÁTICA NAS ESCOLAS: TRADIÇÃO OU INOVAÇÃO?

Aline de Sousa Resende

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Norma da Silva Lopes

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Resumo: Neste artigo, será discutido o ensino/aprendizagem de língua portuguesa nas “escolas” de ensino fundamental, tomando como ponto central a diversidade linguística que lhe é característica. Este artigo tem por objetivo discutir alguns aspectos centrais que envolvem o ensino de língua materna, problematizando, dentro de seus limites, e embasados em algumas teorias, encaminhamentos de ensino e de seleção de conteúdos que se mostram pouco eficazes para a proficiência do aluno em leitura e escrita, assim como a competência da oralidade. Para isso, buscou-se através de um questionário, analisar a prática pedagógica do ensino de Língua Portuguesa em uma escola do município de Mutuípe, Bahia. Considerando, assim, o processo de ensino e aprendizado de Língua Portuguesa, não apenas na gramática formal, que vê a língua de maneira fechada, valorizando apenas a língua padrão, mas sim respondendo e respeitando ao contexto social.

Palavras chave: Diversidade Linguística. Ensino de Língua Portuguesa. Norma Padrão.

1. Introdução

A língua é dinâmica e, no entanto, há quem diga que entendê-la, numa só sentada, é tão simples assim. Os estudos que se enveredam para mapear, fundamentar, descrever, normatizar, teorizar, desconstruir, reconstruir, problematizar os fenômenos da língua nos deixam perplexos diante das ramificações linguísticas – ora se imbricam e se confrontam, ou se contribuem e se distanciam; viabilizando a frenética busca de entendimentos sobre o ser constituído de (língua)gem. (SÍRIO POSSENTI, 2002).

Neste texto, trouxe-se à arena de diálogos os conceitos de gramática, como também as dificuldades em ensiná-la normativamente, sem precedentes; problematizar a tradição gramatical em função dos fenômenos (ou porque não inovações da língua?); o uso de metalinguagens carentes de estratégias pedagógicas e, sobretudo, dialogar com a perspectiva da oralidade e letramento no

uso da(s) gramática(s). É notória a carência de êxito no ensino de Língua Padrão nas escolas populares em função do dinamismo da língua materna. Há escassez de formas pedagógicas em capacitar os indivíduos a entender e fazer uso de formas linguísticas defendidas pela escola que se diferem em cada contexto social. Tais situações se manifestam ratificando o ensino unilateral da norma padrão Gramatical em detrimento à compreensão e inserção de variações e estruturas da língua. O caso é sério.

A leitura nas escolas voltadas para a perspectiva da tradição, onerando a ascensão dos gêneros textuais, precisa ser problematizada e, além do mais, abordar as variedades da língua em função do ensino de leitura e Gramática(s). Afinal, todos nós sabemos que o ensino de língua portuguesa nas escolas exige uso linguístico diferente da língua materna e que o uso oral não coincide com o uso escrito. Tudo isso converge e se dissipa na dimensão mais importante que a língua está inserida: a sociedade.

O ensino de língua portuguesa, ou melhor, da gramática, não é satisfatório, pois alunos de qualquer série, de qualquer escola, particular ou privada, não têm o domínio da gramática tradicional. No entanto, todos sabem a língua materna, a língua portuguesa não é complexa, pois desde crianças falamos corretamente, colocamos pronomes antes dos substantivos, formulamos frases sem nunca irmos até a escola. O problema está em seguir regras como manda a gramática tradicional, o que ninguém faz no dia-a-dia.

Neste texto, o embasamento teórico se delinea com os discursos de Marcos Bagno (2012), um experiente linguista brasileiro, autor de vários livros no campo da linguagem, Sírio Possenti (2011), licenciado em filosofia, linguista, defensor da democratização da língua materna, refletindo sobre as variantes que a circundam, Mattos e Silva(2012), professora e pesquisadora na área de línguas, William Labov (2012), linguista americano, entre outros, que serão abordadas aqui como pressupostos teóricos para um diálogo sobre o ensino de gramática e escrita nas escolas.

2. Tradição? Não!

Desde criança, qualquer que seja a sua origem, ao chegar à escola, a criança já estará de posse de sua língua materna, aquela herdada dos pais, dos vizinhos e do seu grupo de idade. No entanto, a língua portuguesa que aprendemos não é a mesma que o nosso querido professor de língua

portuguesa nos chega ensinando nas salas de aula. O professor é visto até como o “demônio”, pois tudo que ele ensina é aquilo que os alunos não usam. Os próprios alunos costumam dizer que não sabe “falar português”, afinal, se saber gramática significa saber falar português, garanto então que ninguém sabe “falar português”. (SÍRIO POSSENTI, 1996.)

Como é possível que as crianças aprendam gramáticas, se elas são condicionadas o tempo todo com língua dita não padrão? Pois, na tevê, nos rádios, e até em algumas revistas de cunho nacional, o que ela não vê é a aquela ensinada na escola, e cada vez mais a língua do dia -a- dia. Pode-se ensinar regras, ler em sala de aula, textos clássicos, mas será em “vão”. O professor ensina aquela mesma gramática de anos atrás, sem considerar uma nova realidade: a escola tem uma nova clientela que chega à instituição escolar com outras variedades da língua. O aluno tem que aprender a variedade linguística socialmente privilegiada, mas do ponto de vista linguístico não há variedade superior ou inferior. Aquela considerada padrão só é por razões políticas e ideológicas.

Fica difícil para os alunos aprenderem uma coisa e, falar, fazer, se ele vê e outra. Assim, o ensino de língua portuguesa deve ser feito com cuidados semelhantes aos utilizados no ensino de uma segunda língua, deixando claro ao aluno que se trata de uma modalidade diferente da que ele habitualmente usa e que se presta justamente à escrita e, em algumas ocasiões, à fala. SÍRIO POSSENTI (1996), segundo sua perspectiva de como deve ser feito o ensino de Língua Portuguesa, diz:

Gostaria de deixar claro que não se está propondo um projeto inexecutável, nem novo. É apenas o óbvio. O que proponho é que o óbvio seja efetivamente realizado. Uma das medidas para que esse grau de utilização efetiva da língua escrita possa ser atingido é escrever e ler constantemente, inclusive nas próprias aulas de português. (POSSENTI, 1996).

Garante Possenti que as escolas deveriam ensinar os alunos o que eles ainda não sabem, deveria ensinar a ler e escrever, discutir e reescrever, reler e reescrever mais. Os alunos deveriam ler textos produtivos e também variados: textos jornalísticos, como colunas de economia, política, educação, textos de divulgação científica em vários campos, textos técnicos (aí incluído o manual de declaração do imposto de renda, por exemplo) e, obviamente, e com muito destaque, literatura.

No final do segundo grau, deveriam conhecer a literatura contemporânea e os principais clássicos da língua. Seria bom que conhecessem também, nesse nível de formação escolar, pelo menos alguns dos principais clássicos da literatura universal, pelo menos nas edições condensadas, (POSSENTI,1996).

No entanto, a escola continua a martirizar os alunos com regras e correções. Regras estas que nem os próprios professores dominam, só dispõem da gramática para guiá-la no ensino dos usos recomendáveis, na norma escolar, pois nas escolas os professores falam o português chamado popular, criando um círculo desfavorável à transmissão da fala e do ensino. A gramática escolar tanto ignora a aceitação, pela comunidade linguística, como não percebe que certos fenômenos repudiados socialmente persistem de modo variável na fala e na escrita cuidadas. Há frases em que pessoas cultas, mesmo na escrita fogem do padrão. Esses usos são aceitos perfeitamente, mesmo passando por correções, sendo assim, não seria mais objetos de ensino, senão em cursinhos que preparam candidatos para responder provas de concursos públicos.

A língua mudou, e vem mudando desde tempos remotos, se não fosse assim estaríamos até hoje falando latim! Porém, a sociedade privilegiada prefere dizer que estão assassinando a língua portuguesa. Ora, se a língua é imutável, é natural que haja inovações. Labov(1972) acredita que a língua se modifica sob a influência de variáveis de natureza externa ou interna ao sistema, sendo a primeira concernente a fatos sociais e estilísticos, e a segunda, a fatos linguísticos. Para Labov (1972): “A mudança é própria da língua. Não é sempre que a língua varia devido a forças sociais, cabendo também à própria estrutura da língua a possibilidade de modificações”. (p. 170).

Não há língua que permaneça uniforme. Todas as línguas mudam. Esta é uma das poucas verdades indiscutíveis em relação às línguas, sobre a qual não pode haver nenhuma dúvida. Segundo Dinah Callou (2007): “A norma não pode ser rígida, monolítica, a língua muda, as normas gramaticais se modificam e nada é mais prejudicial que um purismo estreito, quase sempre baseado num conhecimento deficiente da própria língua”. (p. 56). Legisla-se, na verdade, sem real conhecimento da complexidade dos fatos que caracterizam cada falar, cada variedade, cada variante. Como se vê, a existência de diferenças de uso numa mesma língua é um fato incontestável e não uma anomalia, restrita a língua portuguesa. Anomalia seria se não houvesse diversidade, uma vez

que uma língua se define como língua na medida em que seus usuários se comunicam por meio dela para conviverem socialmente.

Essa multiplicidade das variações diz respeito também à oposição fala e escrita, com suas especificidades, semelhanças e diferenças. Tanto a escrita quanto a fala podem se apresentar de diversas formas, porém no ensino da língua escrita busca-se neutralizar as marcas identificadas de cada grupo social, no intuito de atingir um padrão único abstrato e idealizado, que seja supranacional.

Um dos problemas apresentados também é que educação brasileira de massa começou tardiamente no século XX e em bases pouco firmes. A popularização do ensino levou o governo brasileiro a criar uma rede escolar tão diversificada nos seus problemas como na sua clientela. A escola brasileira é múltipla como o é a língua do Brasil. O aluno de classe média frequenta escolas melhores, com professores mais preparados e traz consigo uma herança do padrão linguístico mais próximo do que é ensinado na escola. O aluno da camada popular tem uma escola mal equipada, e deixa muita a desejar quanto à formação dos professores.

Nesse jogo de impasse, educação desqualificada, ensino da norma, padrão linguístico, sobre quem recai a “culpa”? A “culpa” tenderia a cair sobre o profissional docente. Dessa forma, os professores se tornam alvos ou ficam no fogo cruzado de muitas esperanças sociais e políticas. As críticas externas ao sistema educacional cobram dos professores cada vez mais trabalho, como se a educação, sozinha, tivesse que resolver todos os problemas sociais.

Para observação que aqui será tratada, foi feita uma visita a uma escola pública, onde há uma clientela de alunos vindos das periferias da cidade e de Mutuípe, interior da Bahia, trazendo consigo uma ampla variedade linguística, com o objetivo de fazer uma pesquisa acerca do ensino de Língua Portuguesa nos dias atuais. Foi aplicado um questionário a alunos e professores.

Após a pesquisa, percebeu-se que uma professora tem consciência da diversidade linguística existente no país, porém não deixa de elencar a importância do ensino da língua padrão. Para ela, há muitas dificuldades nesse ensino. As dificuldades acompanham os alunos desde as séries iniciais. Os exercícios mais solicitados no ensino de língua são de classificação, função sintática, atividade de leitura e compreensão textual. Segundo a professora M. F. S: "Esses exercícios proporcionariam o desenvolvimento das competências de leitura e escrita. E ajudariam aos alunos na organização do

texto e na compreensão de sentidos das palavras que formam um texto, o que aprimoraria o conhecimento sobre a língua. A gramática normativa é um suporte usado para compreender a língua".

Percebe-se aí que a professora não sabe, não põe em prática realmente as competências para desenvolver atividades de escrita e leitura para seus alunos. Além disso, fica comprovado que os professores baseiam seus ensinamentos ainda no método tradicional, a gramática continua sendo o seu "suporte" como afirma a professora acima.

Foi aplicado também um questionário diferente a sete alunos. As questões versaram sobre ensino de Língua Portuguesa, Leitura e produção textual. Três alunos disseram que a gramática é ensinada a partir de frases soltas. Três alunos disseram que é bem ensinada pela professora e uma aluna disse não saber gramática. Ao serem questionados se gostavam de gramática, a maioria respondeu "sim" ou "às vezes". Percebeu-se que, para eles, saber gramática significa falar bem e escrever bem. Apenas um aluno disse não gostar de gramática. Quanto às dificuldades, um aluno disse não ter nenhuma dificuldade. Os outros seis, disseram ter dificuldades na interpretação textual, na pontuação, na pronúncia, na escrita e no vocabulário. Apenas dois alunos afirmaram ter dificuldades na redação. Segundo a maioria dos entrevistados, a leitura é importante na aprendizagem/aquisição de conhecimentos, para melhorar a escrita, a leitura e interpretação textual. Alguns mencionaram a importância do ato de ler para melhorar a compreensão de mundo.

Nesses depoimentos constatei que o ensino de gramática continua tendo o prestígio que sempre teve e a redação ainda é uma dificuldade real na vida escolar desses alunos. Muitos desses alunos, como outros, nem sabem o porquê se estuda gramática na escola, e nem sabem o objetivo destaser aprendida. De acordo com Mattos (2004):

A questão que se coloca, em face disso, é trágica, mas não é difícil de ser posta. A escola brasileira, ainda que pseudodemocratizada, no que diz respeito à língua materna, persegue, no geral, a tradição normativo-prescritivo. A consequência disso para quem tenha algum verniz de formação linguística é óbvia: muitas variedades chegam à escola e essa persegue ainda um ideal normativo tradicional. A grande maioria cala e tem que deixar a escola para lutar pela sobrevivência cotidiana e continuará subalterno, na sociedade que se reproduz de geração a geração, deixando o poder e a voz com aqueles que, por herança, já os adquiriram. (MATTOS, 2004).

Fica certo que o uso da normatividade existe e que alguns professores mesmo sabendo das inovações ainda continuam a ensinar o que lhes é mais favorável, o que considera mais apropriado para o seu trabalho na sala de aula. Infelizmente, é importante, ainda, salientar as diferenças que existem entre as escolas públicas e particulares. De acordo com Soares (2002):

Uma história sobre a escola no Brasil revela que, até aproximadamente os anos 50, o ensino destinava-se, fundamentalmente, as camadas privilegiadas da população, as únicas que tinham acesso assegurado à escolarização. Ora, os alunos pertencentes a essas camadas chegavam às aulas de Português já com um razoável domínio do dialeto de prestígio, que a escola usava e queria ver usado. (SOARES, 2002).

No início das décadas 60 e 70, as camadas populares conquistaram seu direito à escolarização, trazendo para sala de aula a inusitada presença de padrões culturais e variantes linguísticas diferentes daqueles com que a escola estava habilitada a conviver. Com essa massificação de alunos, com uma clientela distinta, houve um afastamento de um grupo a outro havendo a separação das classes, de um lado a escola pública, com alunos da camada popular, de outro a escola particular, com alunos da classe média. O ensino nas escolas públicas foi ficando decadente, pois a necessidade de professores foi aumentando, os alunos saem da escola despreparados. Como nos diz SILVA (2007): “Existe uma diferença muito grande entre uma escola particular e outra pública, há diferenças físicas, no corpo docente e até nos livros didáticos” (p.211).

Inovação? Eis a questão!

Tais assuntos são tratados há tempos, em que, de um lado, estão os conservadores, defensores da gramática tradicional e, do outro, os linguistas, e continuam até hoje. Porém não tem mais cabimento corrigir o que não está errado, punir o que não é crime, castigar quem é inocente. O português brasileiro é a nossa língua materna. Temos de ver e ouvir essa língua com olhos e ouvidos de brasileiros, sem preconceito. E mais, levar esse saber linguístico para as salas de aula, mostrar para os alunos que não existe o falar “certo” e o falar “errado”, e sim variedades da mesma língua. Crianças da zona rural, que geralmente são vítimas desse tipo de preconceito, sentem-se intimidados e na maioria das vezes deixam de se comunicarem por medo, receio de ser julgado pelos colegas da

cidade, e até mesmo pelo professor, que, apesar de não serem fiéis à tradição gramatical, não sofrem o mesmo estigma que o menino do campo.

Outro ponto importante é o fator social ligado ao fator linguístico. É necessário dar-se conta de que, longe de ser uma escolha ou decisão dos falantes, o fato de o homem mudar permanentemente seu sistema de comunicação é uma particularidade da espécie, que contribui para colocá-la acima de outras espécies. Aquele que se ergue como guardião da língua exerce uma forma de abuso de poder que vai contra a natureza e a realidade da linguagem. A elite de letrados defensores de uma norma obsoleta deseja conservar a língua numa forma imutável, mas esta vem a ser uma atitude irracional e irrealista. Irracional porque, eles negam o que está na natureza da língua: a evolução, de um lado, e, de outro, a variação – a proliferação de dialetos sociais ou regionais, de registro de jargões diversos. Irrealista porque, qualquer que seja a força dos esforços conjugados das diferentes instâncias de repressão linguística, nunca ninguém pode deter a evolução de uma língua, a não se deixando de falá-la. (BAGNO, 2009. p.113)

A história das línguas e das sociedades nos revela que para haver alguma mudança na concepção de língua “certa” e língua “errada” é preciso que também haja, ao mesmo tempo, uma grande e radical transformação nas relações sociais. Marcos Bagno(2009) diz como pessoas veem a norma culta:

Algo intransponível, de difícil acesso e garantia suficiente para a inserção do indivíduo na categoria dos que podem falar; dos que sabem falar, do que têm direito à palavra. Enquanto, na verdade, sabe-se que a discriminação, de fato, é social. (BAGNO, 2009).

A consideração a respeito da língua, das suas variedades e da gramática, é uma questão que deve ser tratada com cautela, para que não se cometam erros ainda maiores na condução do problema. O saber comum defende que a língua de um país tem que ser uniforme, que o uso linguístico deve ser determinado por decisões superiores e que é tarefa dos ESPECIALISTAS decidir em nome da população o que é certo e o que é errado, o que é nobre e o que é vulgar, porém, como defende Possenti:

Todas as pessoas sensatas, lendo alguma coisa sobre a relatividade ou os neutrinos ou a velocidade da luz ou a partícula de Deus ou os universos paralelos ou a matéria

escura aceitam de bom grado que não entenderam nada. Mas ponha na mesa uma questão de língua: pronto! Todos são “especialistas”. (POSSENTI, 1996).

A língua sempre foi sujeita às circunstâncias, às instabilidades, às flutuações de sentido, à própria opacidade da experiência humana. No campo linguístico, a transformação significativa será o estabelecimento de uma possível gramática do português brasileiro, a ser preparada pelos pesquisadores que há bem mais de trinta anos estão engajados na investigação criteriosa da nossa realidade linguística.

3. Considerações finais

A gramática da língua portuguesa sempre foi vista historicamente apenas como a gramática normativa, isto é, aquela que corresponde ao compêndio de regras do “bem falar”, resultante de usos literários de escritores consagrados, distante dos usos verdadeiros. Nesse aspecto, o ensino de língua portuguesa nas escolas brasileiras, tradicionalmente, veio sendo baseado na concepção de aplicação das normas ditadas por essa gramática amparada nos renomados autores de textos literários.

Mas devemos nos esforçar para encarar com realismo o fato inexorável de que, assim como mudam os homens, também mudam os sistemas linguísticos, e tentar não agir como agem alguns, para quem uma palavra não pode ser usada por que ainda não aparece nos dicionários, ou uma estrutura não é legítima porque ainda não foi registrada pelas gramáticas, embora apareça o tempo todo na escrita dos mais escolarizados.

O ensino da língua deveria centrar-se menos em exercícios gramaticais, de ensino de metalinguagem e mais em possibilitar o aluno ao domínio das várias modalidades de uso na comunidade de que ele faz parte e lhe dar condições de conhecer e usar a variedade valorizada, quando a situação assim exigir. Ler e escrever não seriam tarefas extras que possam ser sugeridas aos alunos como lição de casa ou atividade de vida, mas como atividades essenciais ao ensino da língua. Portanto, seu lugar privilegiado, embora não só exclusivo, é a própria sala de aula.

Neste âmbito, fica complicado chegar a um senso de como ensinar língua portuguesa nas escolas brasileiras. Há o quesito social que deve ser levado em conta, pois que a educação sozinha não dará conta para resolver tudo. Há uma responsabilidade do governo também, que sabe da

situação da educação brasileira, mas passa vista grossa e empurra o ensino com a barriga. Cabe a nós, pesquisadores, estudiosos, levar para sala de aula um método novo para as aulas de língua portuguesa, aquele que seja qualificado, pautado para todos os tipos de aluno.

4. Referências

- BAGNO, Marcos. **A escola, a gramática e a norma**. In: SILVA, Myrian Barbosa. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.
- BAGNO, Marcos. **A Norma Oculta: Língua & Poder na Sociedade Brasileira**. (2ª ed). São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia de. **Contradições no ensino do português: a língua que se fala X a língua que se ensina**. 2. ed. São Paulo: Contexto/Edufba, 1997.
- PEREIRA, da Silva Rosimeri. **As reformas educacionais do século XX e a disciplina língua portuguesa – Entre o ensino clássico e o moderno**.
- PERRENOUD, Phillipe. **As Competências para ensinar no Século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002. Disponível em: www.terramagazine.terra.com.br acesso em: 20/01/2014. Às 20:34.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas/São Paulo: ALB, Mercado de Letras, 1996.
- SOARES, M. **Concepções de Linguagem e o ensino de Língua Portuguesa**. In: BASTOS, Neusa. (Org). **Língua Portuguesa. História, perspectiva, ensino**. São Paulo: EDUC, 1998.
- SEVERO, Cristine Gorski. **O estudo da linguagem em seu contexto social: um diálogo entre Bakhtin e Labov**. DELTA 2009.
- VIEIRA, Silvia Rodrigues. **Ensino de Gramática descrição e uso**. In: CALLOU, Dinah. (Org.) **Gramática, variação e normas**: 2007.